

PROFESSOR, LIVRO DIDÁTICO E CONTEMPORANEIDADE

Beatriz de Castro Barreto
PUC-Rio

Maria Cristina G. de Góes Monteiro
PUC-Rio

Resumo

O livro didático tem importância na prática pedagógica diária por ser suporte teórico e prático para o aluno, instrumento de apoio para o professor e por constituir uma organização possível do conteúdo a ser ensinado. Trata-se, portanto, de uma forma de sistematização dos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula. Nesta pesquisa, parte-se de uma análise com base em questionários aplicados a professores em formação e em serviço que atuam na área do Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de identificar o papel desempenhado pelo livro didático no ofício do professor.

Palavras-chave: livro didático, processo pedagógico, autonomia, contemporaneidade

A sociedade contemporânea, denominada por Giddens (2002) de **modernidade tardia**, configura-se como uma estrutura aberta, extremamente dinâmica, o que implica profundas transformações em todas as áreas e produz tensões que afetam as relações entre as pessoas, as práticas e os valores sociais. Uma importante questão relativa ao impacto dessas mudanças diz respeito às transformações que afetam o mundo do trabalho e, sobremaneira, o trabalho do professor.

Motivadas por uma atuação profissional de longa data com professores em formação inicial e continuada, e inspiradas em pesquisas que procuram compreender as características do trabalho do professor na sociedade contemporânea a partir de “práticas de linguagem no e sobre o trabalho educacional para identificar as relações entre essas práticas e sua influência sobre o modo de agir dos profissionais da

educação” (Machado, 2004), propomos uma reflexão preliminar acerca do papel atribuído ao livro didático no ofício do professor. Observamos que tensões próprias da dita modernidade permeiam algumas questões relacionadas ao uso desse material.

O livro didático tem importância na prática pedagógica diária por ser suporte teórico e prático para o aluno, instrumento de apoio para o professor e por constituir uma organização possível do conteúdo a ser ensinado. Trata-se de uma forma de sistematização dos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula. Em alguns casos, pode, inclusive, constituir a única referência bibliográfica ou de leitura recente a que os alunos (Rojo & Batista, 2003) ou o professor (Kock, 2002) têm acesso¹, tendo em vista aspectos físicos e econômicos específicos do nosso país. Dada a grande extensão do nosso território, por exemplo, a presença do livro didático na sala de aula é um modo de garantir, minimamente, as referências de conteúdo e de habilidades exigidas em cada série. Do mesmo modo que atuam exames como ENEM e ENADE, os quais procuram verificar o desempenho dos alunos nos diferentes segmentos do processo educativo, a existência do livro didático sinaliza um parâmetro de atuação.

Por razões diferentes, porém, tanto para o professor em formação quanto para o professor em serviço, o livro didático é considerado um suporte definitivo e único a ser seguido, assumindo papel onipotente, e por isso muitas vezes ameaçador, no processo pedagógico. No discurso do professor em formação, o livro didático aparece como a forma decisiva de ensinar ou, pelo menos, a mais segura, ainda que se observe que o professor em pré-serviço procure planejar aulas dentro de uma concepção mais criativa, buscando a motivação e o conhecimento prévio do seu aluno. Na fala do professor em serviço, a importância do livro didático está estreitamente relacionada à intensidade da atividade profissional. Muitas aulas a serem dadas por dia, às vezes, em diferentes séries de ensino, acabam obrigando o professor a seguir com os alunos em sala as atividades ou tarefas propostas pelo livro. Além disso, a escassez de outros recursos didáticos parece levar o professor a apoiar-se exclusivamente no livro didático.

Na ação de ambos, portanto, parece prevalecer ainda ausência de postura crítica em relação à utilização do material didático. A base teórica obtida na universidade é deixada de lado e há um retorno ao conteúdo aprendido no ensino

¹ Depoimento feito por professor em formação em curso de graduação em prática de ensino confirma a afirmativa de que o LD é, para os professores da escola em que trabalha, bibliografia única. PUC-Rio 2005.2.

médio e fundamental (Miller & Barreto, 2006). As teorias que deveriam nortear o trabalho crítico com o material didático costumam ser abandonadas porque o professor acredita que não servem para o aluno daqueles segmentos. Esquece-se de que esse embasamento é essencial para a sua prática docente. Percebemos que, no seu discurso, o professor nem se dá conta de que faz parte das suas atribuições o julgamento da transposição didática encontrada no livro. Na sua fala e na sua atuação, sobressai uma concepção instrucionista de educação. Ensinar é dar aulas, dar matéria, seguir o livro didático, encher o caderno do aluno de matéria para que os pais fiquem satisfeitos. É preciso usar inteiramente o livro didático, de preferência na seqüência apresentada pelo autor do livro.² Não cabe ao professor nem uma ordenação diferente dos conteúdos abordados, nem uma adequação às necessidades do grupo específico com que trabalha. Nesse sentido, o problema não seria o livro didático ou a sua utilização, mas os valores instrucionistas (Demo, 2004) incutidos na instituição escola.

Não há dúvidas de que o livro didático pode ser uma ferramenta adequada para o professor que precisa ministrar muitos cursos e trabalhar com várias séries. Bem usado, o livro didático pode ser um aliado do fazer profissional, porque funciona como instrumento de organização da aprendizagem dos vários alunos, pode ser adaptado aos diferentes perfis das turmas e, ao mesmo tempo, ser uma forma de manter os ritmos individualizados de cada grupo. Acontece que, muitas vezes, a escola não abre espaço para a autonomia do professor. Pelas relações estabelecidas entre a direção da escola e os pais de alunos; a coordenação da disciplina e o professor, é bastante comum este último ficar restrito ao livro, impondo-se a obrigação de dar conta do material didático por inteiro, de esgotar todos os exercícios e atividades propostas. Dentro dessa perspectiva, a adoção do livro didático impede a inovação e a criatividade do professor, que não é estimulado a elaborar qualquer trabalho extra ou a promover alterações que possam atender às necessidades específicas dos grupos.

Fica clara, então, a relação que se estabelece entre a questão do manuseio do livro didático e a imagem que o professor faz do autor do livro e de si mesmo. A escola, os pais, os próprios alunos e até mesmo os pares não percebem a autoridade do

² Muitas vezes, nas escolas, cabe não a cada professor em particular, mas ao coordenador de disciplina não só a escolha do LD, mas também a forma como esse livro deverá ser utilizado. Esse tipo de acordo é mais usual ainda, quando um mesmo LD será usado em mais de uma série, como acontece, com alguma freqüência, no ensino médio.

professor, nem vêm respeitada a sua profissão.³ É possível detectar que o autor do livro didático é uma autoridade constituída e que o professor é visto como uma autoridade socialmente não respeitada. O professor não tem a sua autoridade outorgada pela sociedade e em função disso não exerce o papel que efetivamente deveria desempenhar no trabalho com o livro didático. Sentindo-se desautorizado, o professor não se constitui autor do seu curso e do seu próprio trabalho, perde sua postura crítica e autônoma. Tal situação gera tensões e conflitos para o agir profissional. No mínimo, leva o profissional a se questionar sobre a possibilidade de formar um aluno autor, capaz de pensar por si próprio, se não é dado a ele o exemplo, pelo professor, de alguém que pensa por si mesmo.

É verdade que pesquisas revelam a existência de problemas de maior ou menor gravidade nos livros didáticos (Rojo & Batista, 2003), relacionados à condução didático-metodológica, assim como apontam inconsistências de atividades no campo da gramática, leitura e produção de textos. Faltam nos livros didáticos um tratamento sistematizado da oralidade, uma orientação definida passo a passo para o trabalho com a interpretação do texto e o desenvolvimento da leitura crítica. A gramática nem sempre é tratada como análise lingüística nas atividades propostas, e boa parte dos livros didáticos ainda não desenvolve a noção de situação de comunicação de modo a fazer com que professor e aluno se dêem conta da importância desse conceito para o uso adequado da língua. A seleção dos textos e as atividades de produção não priorizam a variedade dos usos lingüísticos, o que, de certa maneira, contribui para a artificialidade do texto produzido na escola.

Muitos dos problemas mencionados poderiam ser atenuados ou contornados pela ação de um profissional competente à frente do processo educativo. No entanto, como é mais difícil e demorado estabelecer medidas que cuidem das demandas existentes no âmbito da qualificação profissional, o governo tem promovido constantes avaliações do material didático com o objetivo de amenizar, de alguma forma, lacunas do sistema educacional brasileiro. Essa providência tem estimulado o interesse de pesquisadores pela qualidade do livro didático, o que não costumava acontecer anteriormente. O volume de pesquisas voltadas para o livro didático é relativamente recente, tem início no fim dos anos 1990 e amplia-se a partir do

³ Depoimentos de professores em exercício, ainda que um pouco reticentes, afirmam o desprestígio profissional. No entanto, professores em pré-serviço são explícitos quanto à desvalorização da profissão, ao relatarem a fala dos professores nas escolas em que fazem estágio. São numerosos e repetitivos os questionamentos feitos aos estagiários sobre a escolha da profissão.

Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) (Rangel, 2002). De certo modo, o envolvimento desses setores demonstra a relevância que tem sido atribuída, ultimamente, a esse instrumento pedagógico. As pesquisas sobre o assunto desenvolvidas nas universidades agora aproximam-se um pouco mais da prática profissional dos professores, e a consequência disso traduz-se no aumento da qualidade do material.

Sem dúvida, o tratamento e a atenção que vêm sendo dados ao livro didático são fundamentais na construção de um sistema educacional de qualidade. São passos importantes para a melhoria desse sistema. A questão central, entretanto, voltamos a ressaltar, não reside apenas na qualidade do livro. Um bom livro didático requer igualmente um profissional muito bem qualificado, capaz de utilizá-lo adequadamente em sala de aula. Já ouvimos a justificativa de professores que não adotaram determinado livro didático por ser este “muito difícil”, deixando transparecer falta de preparo e insegurança. Enfatizamos aqui que a eficácia do trabalho com o livro didático está vinculada principalmente ao professor e não apenas ao material que ele tem à disposição. Um professor atuante, pensante e reflexivo é capaz de desenvolver um bom trabalho, independente dos recursos que tem à disposição, já que sua capacidade de análise crítica leva-o a suprir deficiências que porventura o livro possa apresentar.

A escolha e a utilização do livro didático é uma prática profissional sobre a qual o professor deve agir consciente e criticamente. No seu discurso sobre o uso do material, é possível identificar reivindicações de outros envolvidos no processo pedagógico e a influência que exercem no modo de agir do professor, estabelecendo tensões que afetam a sua prática profissional e o inserem nas contingências da contemporaneidade. Nesse contexto, a autonomia do professor com relação ao trabalho que pode ser desenvolvido com o livro didático pode representar um esforço inicial para retomada de um lugar de destaque na interação com o conhecimento, com os alunos, com os pais e com a instituição escolar.

REFERÊNCIAS

Demo, P. (2004). *Professor do futuro e reconstrução do conhecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes.

- Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Koch, I. V. (2002). *O livro didático de português: múltiplos olhares*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- Machado, A. R. (2004). *O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva*. Londrina: EDUEL.
- Miller, I. K. de & Barreto, B. de C. (2006). *Desafios da prática exploratória na formação inicial do professor*. Trabalho apresentado no I Congresso Latino-Americano sobre Formação de Professores de Línguas, Florianópolis.
- Rangel, E. (2002). *O livro didático de português: múltiplos olhares*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- Rojo, R. & Batista, A.A. G. (orgs). (2003). *Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita*. São Paulo: Mercado de Letras.

AS AUTORAS

Beatriz de Castro Barreto é doutora em Lingüística pela PUC-Rio. Coordena a cadeira de Comunicação e Expressão no Departamento de Letras da PUC-Rio, onde também leciona as disciplinas de Prática de Ensino do Português e Análise e Produção do Texto Acadêmico. Atua em cursos de extensão e de formação continuada de professores. E-mail: barreto@puc-rio.br

Maria Cristina G. de Góes Monteiro é Doutora em Lingüística pela UFRJ. É professora do Departamento de Letras da PUC-Rio, onde leciona atualmente Prática de Ensino do Português. Ministra a disciplina de Comunicação e Expressão no Departamento de Comunicação da mesma instituição. Atua em cursos de extensão e de formação continuada de professores. E-mail: mCGoes@puc-rio.br